

16. Regulamento da Bienal da Ilustração- Proposta final.

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, com vista à posterior aprovação da Assembleia Municipal, o Projeto de Regulamento da Bienal da Ilustração, conforme documentos constantes do processo.

Assunto: PROPOSTA FINAL - REGULAMENTO DA BIENAL DA ILUSTRAÇÃO

INFORMAÇÃO:

↗ VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO CPA APLICÁVEIS

1.1. Aprovação do início do procedimento em Reunião do Executivo Municipal de **20/03/2023**

1.2. Publicitação do início do procedimento: Fim dos 10 dias – **06/04/2023**

FUNDAMENTAÇÃO

Incluída na proposta da Chefe da Divisão da Cultura, Dra. Sílvia Faria, junta com o início do procedimento.

PROCEDIMENTOS A SEGUIR:

Ora, quanto à

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Há lugar à **audiência de interessados** quando se trate de regulamentos que contenham disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, isto é, de regulamentos que incluam normas imediatamente operativas, cujos efeitos se produzam imediatamente, sem dependência de um ato concreto de aplicação.

E serão ouvidos em audiência de interessados todos aqueles que se tenham registado para esse efeito, de acordo com as instruções divulgadas a quando da publicitação do início do procedimento – e apenas quem se tenha registado.

No caso em apreço,

- Não houve constituição de interessados; e,

- a regulamentação proposta é sobre a criação e atribuição de um Prémio, na área da Cultura, que tem como objetivo criar imagens inéditas sobre o Património do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Assim, e s.m.o., não se trata de uma disposição que afete (negativamente) de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Neste sentido, vd. «Código do Procedimento Administrativo – Anotado» - Luiz Cabral de Moncada, anotação ao artigo 100º - Audiência dos interessados, pg. 326:

«1.2. Não são todos os regulamentos dos órgãos administrativos (não apenas da Administração Pública) que ficam sujeitos à obrigatoriedade da audiência dos interessados. Apenas a ela ficam sujeitos os regulamentos que contenham normas imediatamente operativas na medida em que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos. A audiência cobra a sua razão de ser no caso dos regulamentos com normas imediatamente operativas. Não sendo esse o caso, as exigências participativas cumprem-se ao nível dos atos administrativos que os aplicam.

A audiência também só se justifica se os regulamentos conterem disciplinas desfavoráveis aos interessados. Para os outros não tem de haver audiência anteriormente à respetiva aprovação por quem de direito. Dela não carecem, portanto, os regulamentos que consagram regimes jurídicos favoráveis aos particulares (bolsas de estudo, subvenções agrícolas, benefícios fiscais, subsídio de desemprego, etc) tão vulgares no âmbito da administração de prestações que, embora em declínio estrutural, continua a ser elemento central do conteúdo e do princípio constitucionalmente conformador do Estado-de-Direito social e fator decisivo da coesão económica, social e territorial. Uma parte substancial da atividade administrativa regulamentar não está, portanto, abrangida pela obrigatoriedade da audiência»

Pelo que, se propõe:

① **DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS** (artigo 100º, nº 3 do CPA): porque não houve constituição dos interessados e porque se trata de alteração que não contém qualquer prejuízo para os municípios.

E

② **DISPENSA DA CONSULTA PÚBLICA** (artigo 101º do CPA) –, por não se justificar, face à matéria a alterar (benéfica para os Municípios, como se disse).

↗ Assim sendo, o **Projeto de Regulamento** (Anexo 1) está pronto a ser remetido ao Sr. Presidente da CMB, para remessa ao Executivo Municipal, com vista à aprovação pela Assembleia Municipal.

A Jurista

Anexos:

1. Proposta de Regulamento

REGULAMENTO DO CONCURSO DA BIENAL DE ILUSTRAÇÃO PRÉMIO DA CULTURA DO EIXO ATLÂNTICO

A “Bienal de Ilustração – Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021” começou por ser uma iniciativa promovida pelo Município de Braga em parceria com a Escola Superior de Design do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), contando com a participação da Asociación Galega de Profesionais da Ilustración (AGPI), cuja continuidade se justifica.

Tendo como principal objetivo a divulgação, a descoberta e o reconhecimento de talentos na área da ilustração, pretende igualmente promover e divulgar o património cultural material e imaterial no território do Eixo Atlântico.

A experiência obtida na 1.ª edição do “Concurso da Bienal de Ilustração – Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico”, aconselhou a introdução de algumas alterações ao regulamento vigente: pelo facto de ter sido demonstrado pelo júri da primeira edição da Bienal de Ilustração que muitos dos participantes a concurso apresentavam trabalhos com bastante qualidade e merecedores de serem distinguidos com prémios monetários e menções honrosas, entendeu-se alterar o número e valor dos prémios a atribuir, passando-os para três - cinco mil euros (€5.000,00); dois mil euros (€2.000,00) e mil euros (€1.000,00) respetivamente, primeiro, segundo e terceiro lugar. Torna-se também possível a atribuição de menções honrosas, para além dos três vencedores, pelas mesmas razões, entre outras.

A “Bienal de Ilustração - Prémio da Cultura do Eixo Atlântico” é um concurso direcionado a ilustradores nacionais e internacionais, e reúne como principais objetivos a descoberta e o reconhecimento de talentos na área da ilustração e pretende promover e divulgar o património cultural material e imaterial da região do Eixo Atlântico.

Deste concurso resultará uma exposição e um catálogo com os trabalhos inéditos que versam o património material e imaterial do Eixo Atlântico.

Os objetivos do “Concurso da Bienal de Ilustração - Prémio da Cultura do Eixo Atlântico” passam também pela consolidação e intensificação desta expressão artística e dos seus criadores, convergindo com as estratégias culturais já assumidas no plano de atividades do Município de Braga, na Estratégia Cultural

de Braga 2020 – 2030, e na aposta mais recente nos domínios da Arte Pública, da Street Art e em linguagens artísticas conexas, áreas cada vez mais significativas para configuração das Cidades Criativas.

Prémios com este valor e âmbito internacional, em linha com prémios similares, permitirão também reforçar a atratividade do concurso, aumentando a participação e consequente relevância e mediatismo do mesmo. Possibilitará também a criação e reforço de sinergias e redes colaborativas transfronteiriças, proporcionando oportunidades e estímulos à internacionalização da produção e criação artísticas endógenas, evidenciando o Município de Braga como seu ativo promotor, dando continuidade à sua afirmação regional, nacional e internacional, e ampliando a atratividade deste território, nomeadamente em termos turísticos. É já reconhecido que eventos com este formato possibilitam experiências significativas, memoráveis e autênticas aos profissionais criativos que visitam a cidade, bem como aos restantes visitantes e turistas.

Refira-se também que o desenvolvimento de eventos deste tipo permite também o crescente apoio à criação artística, incrementando oportunidades de crescimento da economia criativa bracarense, promovendo a geração e difusão de conhecimento associado ao setor cultural e criativo, afirmando o Município de Braga.

Assim,

a Câmara Municipal de Braga deliberou, na sua reunião de 20/03/2023, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).

No decurso do prazo estabelecido para o efeito, nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a alteração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o artigo 101.º do CPA, até porque a natureza da matéria regulada neste Regulamento não justifica uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados.

Pelo que,

no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, tendo em vista o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborado o presente Regulamento, que a Câmara Municipal propõe à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do mesmo diploma legal.

REGULAMENTO

Concurso da Bienal de Ilustração Prémio da Cultura do Eixo Atlântico

1º.

LEI HABILITANTE

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, tendo em vista o estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2º.

OBJETO E ÂMBITO

1. O presente regulamento destina-se a regular as normas de participação do Concurso **Bienal de Ilustração Prémio da Cultura do Eixo Atlântico**, promovido pela Câmara Municipal de Braga e pela Escola Superior de Design do Instituto Politécnico do Cávado e Ave.
2. Este concurso tem como objetivo incentivar todos os ilustradores, nacionais e internacionais, a criarem um conjunto de imagens inéditas sobre o tema do património do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

3º.

TEMA

1. O tema que servirá de base às propostas é o património material e imaterial da região do eixo atlântico.
2. Cada participante deverá concorrer com três ilustrações.

4º.

PERIODICIDADE

O prémio terá uma regularidade bianual.

5º.

PRÉMIO

1. Os prémios serão atribuídos por deliberação da Câmara Municipal de Braga, sob proposta do Júri.
2. Serão atribuídos os seguintes prémios:
 - a. Ao 1º prémio o valor monetário de **5.000,00€** (cinco mil euros);
 - b. Ao 2º Prémio o valor monetário de **2.000,00€** (dois mil euros);
 - c. Ao 3º Prémio o valor monetário de **1.000,00€** (mil euros).

6º.

DESTINATÁRIOS

Este concurso é aberto a todos os ilustradores, sejam eles profissionais da área ou interessados, desde que maiores de idade à data do concurso.

7º.

CALENDÁRIO

1. O período estipulado para submissões de propostas, será bianualmente fixado através de **AVISO**, a afixar na Câmara Municipal de Braga e publicitado no site institucional do Município.
2. Todos os trabalhos deverão ser enviados **até às 23h59 do último dia do prazo**.

8º.

CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO

1. Cada participante deverá enviar um conjunto de 3 (três) ilustrações.
2. A técnica e os suportes a utilizar são livres.
3. As ilustrações devem ter como medidas máximas 40X40 cm. No caso de utilização de técnicas mistas, a espessura máxima permitida é de 2 (dois) cm ou gramagem/textura adequada à técnica a desenvolver.
4. Os trabalhos deverão estar em formato TIFF, modo CMYK, com uma resolução mínima de 300dpi e estar identificado com o título da respetiva obra (ex.: Fora_de_órbita_1.jpg).
5. Todas as ilustrações apresentadas devem ser originais e inéditas, subjacentes ao tema do concurso, e sem nunca terem sido expostas ou apresentadas anteriormente a outro certame ou concurso.
6. É proibida qualquer menção que identifique o/a concorrente nas ilustrações submetidas a concurso, como assinatura, nome ou pseudónimo.
7. As propostas que não cumpram os critérios e requisitos descritos serão excluídas do concurso.

9º.

SUBMISSÃO DE TRABALHOS

1. Cada participante deve candidatar-se através do preenchimento de um formulário online, disponibilizado no site institucional do Município de Braga (<http://www.cm-braga.pt>).
2. Depois de submetido o formulário online, será enviado por correio eletrónico o acesso a uma pasta pessoal de candidatura, onde deverá ser realizado o upload de todos os documentos solicitados:
 - a) as três obras ilustradas em formato digital, à exceção das obras cuja superfície não seja passível de digitalizar (ilustração têxtil, colagem, artística, recortes, pop-up, etc);
 - b) título e sinopse das propostas apresentadas com a descrição da técnica e os materiais utilizados;
 - c) Declaração onde o participante garante que é o autor e detém o respetivo direito autoral das ilustrações com que participa no concurso.
3. As ilustrações não passíveis de digitalização devem ser enviadas, via correio ou entregues pessoalmente, sem passe-partout ou qualquer outra forma de montagem, até ao último dia do prazo, para ou na seguinte morada:

Município de Braga
Divisão de Cultura
Praça Doutor José Ferreira Salgado, 90, 6º
4700-314 BRAGA
4. No caso dos trabalhos que não são passíveis de digitalização, e para evitar quaisquer problemas com direitos alfandegários, deverá constar, em local bem visível na embalagem: "Ilustrações Sem Valor Comercial".
5. Será enviado uma mensagem de correio eletrónico a confirmar a receção de todos os projetos e documentos recebidos, findo o prazo de submissão.

10º.

APRECIAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os critérios usados para a avaliação dos trabalhos são:

- a) Desenvolvimento de um conceito forte, associado ao tema proposto;
- b) Originalidade dos desenhos e da composição;
- c) Originalidade técnica e respetiva qualidade de execução;
- d) Coerência gráfica entre as três ilustrações.

11º.**JÚRI E DECISÃO**

1. O júri será constituído por cinco personalidades a designar pela Câmara Municipal de Braga.
2. O Júri poderá selecionar, de entre todos os candidatos, até quinze autores finalistas, ou seja, quarenta e cinco obras finalistas e, de entre estes, os premiados, com o intuito de produzir um catálogo bilingue e organizar exposições coletivas, com as obras dos autores finalistas.
3. Ao júri é reservado o direito de não atribuir prémios caso nenhuma das propostas submetidas reúna qualidade técnica ou artística.
4. De entre os participantes serão selecionados três vencedores.
5. O júri reserva-se também o direito de atribuir menções honrosas, para além dos prémios, caso a qualidade dos trabalhos o justifique.
6. Não haverá recurso da decisão do júri.
7. A identidade dos vencedores será divulgada num evento, através de uma cerimónia de entrega de prémios, em dia e local a anunciar posteriormente.

12º.**OBRAS NÃO SELECIONADAS**

1. Os originais das obras submetidas a concurso, mas não selecionadas pelo Júri serão devolvidos aos seus autores mediante levantamento presencial na sede da entidade promotora, trinta dias após a divulgação do resultado do concurso.
2. Caso não seja possível o levantamento presencial das obras, serão as mesmas remetidas aos seus autores, à cobrança, pelo Município de Braga.
3. Nestes casos, o Município de Braga não se responsabiliza por eventuais danos ocorridos na devolução física das obras.

13º.**DIREITOS DE REPRODUÇÃO**

1. Os autores participantes neste concurso autorizam o Município de Braga a reproduzir as suas ilustrações, sem qualquer restrição ou custos associados, desde que integradas na divulgação deste concurso, que incluirá a produção de um catálogo bilingue com as quarenta e cinco obras selecionadas e a realização de exposições coletivas, a incorporar, a posteriori, o acervo do Município de Braga - Divisão da Cultura.

2. Cada um dos quinze participantes selecionados receberá duas cópias do catálogo.

14.º.

ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO

1. Com a formalização da inscrição e a submissão das obras a concurso, o candidato aceita, de forma plena e sem reservas, todos os termos e condições constantes do presente regulamento.
2. O não cumprimento de qualquer uma das condições acima mencionadas constitui causa de exclusão do concurso.

15.º.

DADOS PESSOAIS

1. No ato de submissão da candidatura, o requerente deve declarar que autoriza expressamente a sua utilização para os fins contidos no presente regulamento.
2. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para a tramitação do concurso, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
3. Todos os dados pessoais recolhidos ao abrigo deste regulamento destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados pelo Município de Braga, na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
4. Na aplicação do presente Regulamento são objeto de tratamento dados pessoais como o nome, número de identificação fiscal, morada, endereço eletrónico, contacto telefónico, número de identificação bancária, certidão de nascimento, e outros que se mostrarem necessários para efeitos de aferição das candidaturas.
5. Cada uma destas categorias de dados pessoais é objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.
6. O Município de Braga aplica, tanto no momento de definição dos meios de tratamento de dados como no momento próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas que possam assegurar os adequados níveis de segurança e de proteção dados pessoais dos titulares, nos termos dos artigos 25.º e 32.º do Regulamento (UE) n. 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

7. Esta obrigação aplica-se à quantidade de dados pessoais recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao seu prazo de conservação e à sua acessibilidade, assegurando que os dados pessoais não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas singulares.
8. Os dados pessoais, por regra, serão conservados apenas pelo período de tempo necessário e no âmbito das finalidades para as quais são recolhidos.
9. Os titulares dos dados pessoais têm direito a aceder à informação sobre o(s) tratamento(s) dos seus dados, a retificá-la se não estiver correta, ou até apagá-la. Além destes direitos designados e protegidos no RGPD como Direito de Informação, Direito de Acesso, Direito de Retificação e Direito de Apagamento, os requerentes têm ainda Direito à Limitação de Finalidades, à Minimização dos Dados a Portabilidade e a Não Sujeição a Decisões Individuais Automatizadas, os quais podem ser exercidos no respeito pelos normativos aplicáveis junto do Responsável pelo Tratamento, ou então objeto de exposição ao Encarregado de Proteção de Dados ou reclamação à Autoridade Nacional de Controlo (concretamente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados), bem como eventuais violações podem ser fundamento de pedido de indemnização junto das instâncias jurisdicionais competentes.

16º.

DIREITOS DE AUTOR

1. O presente Regulamento reger-se-á pela lei portuguesa, designadamente pela legislação aplicável em matéria de Direitos de Autor.
2. Qualquer litígio emergente do presente Concurso que não possa ser resolvido por acordo entre as partes será dirimido pelos tribunais competentes portugueses nos termos da lei processual nacional, designadamente pelo Tribunal de Propriedade Intelectual.

17º

DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A organização não poderá ser responsabilizada pelo eventual cancelamento, anulação ou alteração deste concurso por motivos imprevistos.
2. Qualquer questão omissa neste regulamento será decidida pelo júri. Todas as dúvidas ou omissões ao presente regulamento serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga.

18º**REVOGAÇÃO**

O presente Regulamento revoga, integralmente, o Regulamento Bienal de Ilustração – Prémio Capital da Cultura do Eixo Atlântico 2021.

19º**ENTRADA EM VIGOR**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República nos termos do disposto no artigo 139.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PROJETO